



DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE ATIVIDADE REMUNERADA

Eu, _____ portador do RG _____ e do
CPF: _____, residente e domiciliado no endereço

_____, **DECLARO**, nos termos da **Lei nº 7.115/83***,
junto ao Colégio _____ para fins de análise socioeconômica referente ao
processo de Renovação/Concessão da Bolsa Social que **ATUALMENTE** estou desempregado, e não recebo renda
decorrente de salários, proventos, ordenados, aposentadorias, comissões, pró-labore, bem como outros rendimentos
decorrentes do trabalho não assalariado, oriundos do mercado informal ou autônomo, nem aqueles auferidos em
razão do patrimônio.

Sendo assim, comprometo-me a comunicar à Instituição de Ensino mencionada acima, qualquer alteração referente
às informações prestadas nesta declaração, além de apresentar a respectiva documentação comprobatória.

DECLARO serem verdadeiras as informações prestadas, bem como me declaro ciente de que a falsidade das
declarações pode ensejar responsabilização legal prevista no **art. 26 da Lei complementar nº 187/2021** e no **art.
68 do Decreto nº 11.791/2023** sem prejuízo da sanção aplicável ao crime de falsidade ideológica, de acordo com
o **art. 299 do Código Penal***, além do imediato cancelamento do benefício.

_____, _____ de _____ de 202_____

Assinatura com autenticação obrigatória (cartório ou GOV.BR)

(*) LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983 Art. 1º. A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência
econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da lei,
presume-se verdadeira.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º. Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação
aplicável.

Art. 3º. A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

(*) Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração
falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente
relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa.